



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0009714-18.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Anulação**
 Requerente: **Euvaldo Sales de Carvalho**
 Requerido: **Banco do Brasil Sa**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Aos 20 de fevereiro de 2015, faço estes autos
 conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.
 Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**
 Eu,....., esc., digitei e subscrevi.
 Processo nº 954/12

Vistos.

EUVALDO SALES DE CARVALHO ajuizou a
 presente **AÇÃO ANULATÓRIA DE CONTRATO cc DANOS MORAIS cc**
ANTECIPAÇÃO DE TUTELA em face de **BANCO DO BRASIL S/A**, todos
 devidamente qualificados.

Sustentou o autor, em síntese: 1) que é motorista
 profissional de caminhão e faz viagens semanalmente para outros estados; 2)
 que em data não especificada, quando se preparava para efetuar o carregamento
 em seu caminhão, o contratante comunicou que não seria possível, pois, seu
 nome estava com restrições; 3) que procurou a empresa ré e soube que seu
 nome foi incluso junto aos órgãos competentes devido a inadimplência de um
 contrato, tendo o autor participado como fiador; 4) que desconhece a origem do
 débito, pois nunca realizou nenhuma transação com a ré. Pediu antecipação de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

tutela para ver seu nome excluído junto aos órgãos de proteção do crédito; indenização por danos morais no valor de 100 vezes o salário mínimo e exclusão do seu nome dos contratos existentes junto a instituição ré.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 12/23.

Pelo despacho de fls. 24 foi deferida, em termos, a antecipação da tutela para constar dos órgãos de proteção ao crédito pender de julgamento ação discutindo o débito mencionado na inicial.

Regularmente citada, a ré contestou a fls. 39 e ss, alegando, preliminarmente, a inépcia da inicial e carência da ação. No mérito alegou que o autor tem uma dívida no valor de R\$ 65.375,45, referente a um Contrato “Termo de Adesão Regulamento do Cartão BNDS” nº 288.002.761, onde aparece como fiador da empresa “Central Mídia Comunicação Visual Ltda – ME”, que é de propriedade de seu filho. Alega, ainda, que a dívida está sendo renegociada e que o autor não demonstrou a ocorrência do alegado dano material. Pediu a improcedência da ação.

Réplica a fls. 68/70.

Pelo despacho de fls. 77, as partes foram instadas a produzir provas. A requerida pleiteou prova pericial, audiência de instrução, depoimento pessoal do autor e oitiva de testemunhas. O requerente se manifestou pleiteando prova pericial.

Pelo despacho de fls. 81, foi determinada a realização de perícia grafotécnica.

Apresentação de quesitos a fls. 86/89 pela requerida. O autor não se manifestou.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Lauda pericial carreado a fls. 110/128.

Memoriais finais a fls. 138/143 pela requerida. O requerente preferiu silenciar.

Eis o relatório.

DECIDO.

O trabalho técnico oficial (único carreado) concluiu que as assinaturas atribuídas ao autor, lançadas no contrato (fls. 62/66) não são compatíveis com seu punho escritor, tendo sido obtidas/produzidas por imitação servil (com modelo à vista).

Tal conclusão (técnica) não foi combatida especificamente pela Casa Bancária e, assim, não há como admitir que ela persiga o numerário contra o autor.

Nessa linha de pensamento, a inscrição da “negativação”, especificada a fls. 155, deve ser invalidada definitivamente.

Quanto ao dano moral, a prova documental trazida aos autos indica a existência de outras “restrições” – lançadas por outros “credores” - contemporâneas a restrição aqui discutida (v. fls. 149/152 e 155/156) que certamente macularam sua honra e tiveram o poder de impedir seu crédito na praça, pois, desde 2010, o autor já era frequentador da lista de maus pagadores.

Nesse diapasão, vêm se posicionando os pretórios.

(...) para deferimento da indenização por dano moral é muito importante o exame da personalidade e das condições



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

subjetivas da vítima... (8ª Câmara do TJSP, 15/09/93, JTJ 150/81) – (Dano Moral, 2ª ed., RT, 1998, p. 427/428).

Em tese, a sensação de ser visto como mau pagador pode representar violação do patrimônio ideal que é a imagem idônea, a dignidade do nome, a virtude de ser honesto, de molde a justificar pleito de reparação por danos morais. Mas, de outro lado, a existência, comprovada, de extensa lista de anotações desabonadoras à parte dita ofendida, em órgãos diversos que buscam a proteção ao crédito, torna-o enfraquecido, por não se vislumbrar onde residiria a mácula que estaria a ferir-lhe a esfera ética – (TAMG – AC 0303105-8 – 7ª C. Civ – Rel. Juiz Lauro Bracarense – J. 16/03/2000).

Assim, tem inteira aplicação ao caso o verbete da **súmula nº 385 do STJ**: “da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”.

Mais, creio, é desnecessário, acrescentar.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial para o fim de reconhecer que o autor não participou do contrato de Termo de Adesão do Cartão BNDES nº 288.002.761 (fls. 62 e ss) como fiador.

Torno definitiva a liminar deferida a fls. 24, oficie-se após o trânsito em julgado.

No mais fica rechaçado o pleito de dano moral, conforme acima alinhavado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Tendo em vista a sucumbência recíproca, cada parte arcará com os honorários de seus respectivos patronos e as custas e despesas do processo serão rateadas na proporção de 50%. No entanto, deverá ser observado que o autor goza dos benefícios da gratuidade de justiça.

P.R.I.

São Carlos, 27 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**